

# **V CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA**

**ARQUIVOLOGIA E INTERNET:  
CONEXÕES PARA O FUTURO**

**01 a 05 de Outubro 2012 | Salvador-BA**  
Pestana Bahia Hotel

## **TRABALHOS COMPLETOS**

[www.enara.org.br/cna2012](http://www.enara.org.br/cna2012)  
Salvador. A Capital Nacional da Arquivologia em 2012

---

## SUMÁRIO

QUANDO O ACESSÁVEL PODE NÃO SER ACESSÍVEL: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA (SAPL) À LUZ DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO, **JOSÉ CANUTO DA SILVA JÚNIOR (e co-autoria de Henrique Elias Cabral França)**

O ACESSO A INFORMAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA E SUA CONSOLIDAÇÃO LEGAL NO BRASIL: PROPOSTAS DE REFLEXÃO PARA O PROFISSIONAL ARQUIVISTA, **HENRIQUE ELIAS CABRAL FRANÇA (e co-autoria de José Canuto Da Silva Júnior)**

INVESTIGAÇÃO DO USO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE: UMA VISÃO ATRAVÉS DOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, **WENDEL GIBBON DE OLIVEIRA (e co-autoria de Valéria Raquel Bertotti; Angélica C. D. Miranda)**

PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS DA CLASSIFICAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES AO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES-FIM DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – IFES, **ROSALE DE MATTOS SOUZA (e co-autoria de Andressa Furtado da Silva de Aguiar; Gleice da Silva Branco)**

CURSO DE QUÍMICA INDUSTRIAL/UFRGS TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE PALEOGRÁFICA DOS HISTÓRICOS ESCOLARES, **BRUNA ARGENTA MODEL (e co-autoria de Ana Regina Berwanger)**

A INOVAÇÃO E A ARQUIVOLOGIA: CONCEITO E CIÊNCIA PARA A SOCIEDADE, **ELIANDRO DOS SANTOS COSTA (e co-autoria de Maria Inês Tomael, Mayara Talita dos Santos)**

DISCUTINDO A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL, **LAERTE PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (e co-autoria de Thais Helen do Nascimento Santos)**

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS INTEGRADAS: O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFPB, **JULIANNE TEIXEIRA E SILVA (e co-autoria de Maria Meriane Vieira Rocha)**

LEVANTAMENTO DA TIPOLOGIA DOCUMENTAL DE UMA COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR: ASPECTOS PRELIMINARES PARA UMA GESTÃO ARQUIVÍSTICA, **CLODEMIR DA COSTA NASCIMENTO (e co-autoria de Rosa Zuleide Lima de Brito, Julianne Teixeira e Silva)**

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA, **MARIA MERIANE VIEIRA DA ROCHA (e co-autoria de Julianne Teixeira e Silva)**

O FLUXO DOCUMENTAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA PARAÍBA (JFPB): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA, **MARCIO BEZERRA DA SILVA (e co-autoria de Wendia Oliveira de Andrade, Rosa Zuleide de Brito)**

FOTOGRAFIAS DO CHCP: POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS PARA A PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA, **MARIA CANDIDA DA SILVEIRA SKREBSKY (e co-autoria de Carlos Blaya Perez)**

ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS SOB A PERSPECTIVA DOS SERVIÇOS DE DIFUSÃO CULTURAL E AÇÕES EDUCATIVAS, **THAIS HELEN DO NASCIMENTO SANTOS (e co-autoria de José Washington de Moraes Medeiros)**

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO: DESVENDANDO O PROTOCOLO DO IMEQ/PB – INMETRO, **ESMERALDA PORFIRIO DE SALES (e co-autoria de Christian Palmer Ferreira da Silva, João Paulo do Nascimento Soares)**

---

A COORDENAÇÃO DE ARQUIVOS DA UFF: UM PROCESSO ARQUIVÍSTICO DE REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO., **ROSALE DE MATTOS SOUZA (e co-autoria de Jorge Martins Fagundes, Beatriz Bahia, Igor Garcez, Pablo Souza Vaqueiro)**

FACULDADE DE DIREITO CLOVIS BEVILAQUA: A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA ATRAVÉS DO ICA-ATOM, **ANDREA GONÇALVES DOS SANTOS (e co-autoria de Bruna Paim Reis, Daniel Flores)**

A POLÍTICA DE ARRANJO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG, **ANDREA GONÇALVES DOS SANTOS (e co-autoria de Karin Christine Schwarzbald; Tatiane Vedoin Viero)**

A JUSTIÇA FEDERAL DA PARAÍBA (JFPB) E O USO DO SRI TEBAS, **WENDIA OLIVEIRA DE ANDRADE (e co-autor Marcio Bezerra da Silva)**

A TEORIA E A "PRÁXIS" DAS TRÊS IDADES DOCUMENTAIS NA REALIDADE DAS MASSAS DOCUMENTAIS ACUMULADAS NOS ARQUIVOS BRASILEIROS, **KLEANE PÂMELA PEREIRA DOS SANTOS (e co-autoria de Rodrigo Fortes)**

UM RECORTE DA REALIDADE DA PROFISSÃO DO ARQUIVISTA: A ATUAÇÃO DOS ARQUIVISTAS NAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS, **STELA LICHTENHELD CRAUS (e co-autoria de Maria Beraldi Passini de Castro)**

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS EM UNIVERSIDADES: UM ESTUDO DE TRÊS CASOS, **MARIA RAQUEL LISBOA COSTA MARQUES**

A DIFUSÃO E A "PÓS-DIFUSÃO" CULTURAL COMO ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ARQUIVO., **SUELLEN BARBOSA GALDINO (e co-autoria de Rodrigo Fortes de Ávila)**

PERSPECTIVAS PARA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA: CONSTRUÇÃO DO CATÁLOGO PARA O ARQUIVO MUSICAL DA BANDA DE MÚSICA 5 DE AGOSTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-PB, **EGBERTO DA SILVA LIMA (e co-autoria de Manuela E. Maia, Rodrigo Fortes de Ávila)**

LEI DE ACESSO: A EXPERIÊNCIA DA UFRGS, **RITA DE CÁSSIA PORTELA DA SILVA (e co-autoria de Flávia Helena Conrado)**

A INSERÇÃO SOCIAL DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA : O CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL), **LINETE BARTALO (e co-autoria de Ivone Guerreiro Di Chiara; Miguel Luiz Contani)**

O PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO A PARTIR DA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, **MARCELA GONÇALVES TEIXEIRA (e co-autoria de Daniel Flores)**

CATÁLOGO SELETIVO DO 1º SEMINÁRIO DE ENSINO EM ARQUIVOLOGIA FURG, **ROSANE APARECIDA DE ANDRADE (e co-autoria de Fabiane Pereira da Silveira, Valéria Raquel Bertotti)**

PALEOGRAFIA NA CONTEMPORANEIDADE E O ENSINO PALEOGRÁFICO FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS, **ENEIDA IZABEL SHIRMER RICHTER (e co-autoria de Rafael Chaves Ferreira)**

POLÍTICAS DE ACCESO A LA INFORMACIÓN Y SU RELACIÓN CON EL CONCEPTO DE CIUDAD-REGIÓN, **MARIA JANNETH ALVAREZ ALVAREZ**

---

GESTÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA FURG, **ROSANE APARECIDA DE ANDRADE** (e co-autoria de **Luciana Penna dos Santos, Luciana Souza de Brito**)

INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: REFLEXÃO DOS CONCEITOS SOB A ÓTICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, **DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA** (e co-autoria de **Thiago Gomes Medeiros**)

ARQUIVOLOGIA E HISTÓRIA: UM DIÁLOGO ESSENCIAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICA, **RAFAEL CHAVES FERREIRA** (e co-autoria de **Glauca Vieira Ramos Konrad**)

O ARQUIVISTA E SUA REPRESENTAÇÃO NAS MÍDIAS: A (DES)CONSTRUÇÃO DO PROFISSIONAL, **ALESSANDRO FERREIRA COSTA** (e co-autoria de **Eliane Bezerra Lima**)

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E SEUS NOVOS DESAFIOS, **MARIA RAQUEL LISBOA COSTA MARQUES**

A GESTÃO DOCUMENTAL NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM, **ROSINILDA DAMASCENO DOS SANTOS FILHA** (e co-autoria de **Augusto Britto**)

A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUBSTRATO CULTURAL NA CONSOLIDAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA., **DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA**

A MEMÓRIA E A ARQUIVÍSTICA: RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – RS, **GEISI GRAZIANE GOULARTE ANTONELLO** (e co-autoria de **Carla Saldanha da Silva, Rosani Beatriz Pivetta da Silva**)

DE GUARDIÃO DE DOCUMENTOS A GESTOR DA INFORMAÇÃO: O ARQUIVISTA EM BUSCA DE SUA IDENTIDADE PROFISSIONAL, **WAGNER RAMOS RIDOLPHI**

AS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS NO CONTEXTO DO ARQUIVO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB), **INGRID RIQUE DA ESCÓSSIA PEREIRA** (e co-autoria de **Janaina Lima dos Santos, Priscila Zelo Patrício de França, Rosa Zuleide Lima de Brito**)

APLICAÇÃO DA NORMA ISDF NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA SÊCA, **SÔNIA ELISABETE CONSTANTE** (e co-autoria de **Daine Regina Segabinazzi Pradebon, Lisieli Rorato Dotto, Débora Flores**)

A REVISÃO CURRICULAR EM CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: UM ESTUDO NA UFSM, **SÔNIA ELISABETE CONSTANTE** (e co-autoria de **Emili Lemanski dos Santos, Lisieli Rorato Dotto, Fernanda Kieling Pedrazzi**)

SENSIBILIZAÇÃO DA NECESSIDADE DE PROFISSIONAL ARQUIVISTA PARA GERENCIAMENTO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO TELEVISIVA, **ANA ISABEL FERREIRA WANDERLEY** (e co-autoria de **Érica Ferreira Rodrigues, Lidiane Carneiro de Sousa, Lidiane da Silva Ferreira**)

PRESERVAÇÃO DE ACERVOS, MARMORIZAÇÃO DE PAPEL E INCLUSÃO SOCIAL, **CRISTINA STROHSCHOEN** (e co-autoria de **Denise Molon Castanho, Luiza Segabinazzi Pacheco**)

DIAGNÓSTICO TÉCNICO E DIRETRIZES PARA REVITALIZAÇÃO DO ARQUIVO DA DIVISÃO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICA (DAME) DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEI – UFPB, **JULIANNE TEIXEIRA E SILVA** (e co-autoria de **Dulce Amélia de Brito Neves**)

---

ASPECTOS GERAIS SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS: TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS PÚBLICOS DE ARQUIVO VINCULADOS À APROVAÇÃO DE CONTAS, **DOMINGOS DA COSTA RODRIGUES** (e co-autoria de **Tânia Maria de Moura Pereira, Eliane Braga de Oliveira, Sérgio P. da Silva Coletto**)

A ELABORAÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SMHADU: SUBSÍDIOS PARA A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS DE SISTEMAS DE ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE, **GISLAINE PINTO KRAMER** (e co-autoria de **Giulia Machado Tavares, Jorge Alberto Soares Cruz, Rita de Cássia Portela da Silva**)

O PAPEL DO ARQUIVISTA NO PROCESSO DE DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO: A EXPERIÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO TREINAMENTO, CONSCIENTIZAÇÃO E ENSINO DE PRÁTICAS E POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS, **WELDER ANTONIO SILVA** (e co-autoria de **Wendell Lopes de Assis**)

O NUDOC COMO MEMÓRIA DO CINEMA PARAIBANO, **CAROLINA BARROS MADRUGA** (e co-autoria de **Aline Rouse Almeida da Silva**)

PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO ACERVO HISTÓRICO DO CPDOC: DESAFIOS E PERSPECTIVAS, **DANIELE CHAVES AMADO** (e co-autoria de **Martina Spohr**)

GUIA DA COLEÇÃO “JORNAIS DO BRASIL: O ACERVO DE JORNAIS DO ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UFV” E INVENTÁRIO DA SÉRIE “JORNAIS DE ESQUERDA”, **EDUARDO LUIZ DOS SANTOS** (e co-autoria de **Sara Helena Amaral de Sousa**.)

POLÍTICAS DE ACESSO E PRESERVAÇÃO DE COLEÇÕES FOTOGRÁFICAS DE NEGATIVOS DE VIDRO: QUANDO O PATRIMÔNIO É UMA IMAGEM QUE QUEBRA!, **CRISTINA STROHSCHOEN** (e co-autoria de **Carlos Blaya Perez**)

A DIFUSÃO NO USO DOS DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E A FUNÇÃO DO ARQUIVISTA NESSE NOVO CENÁRIO, **KÁTIA SANTIAGO VENTURA** (e co-autoria de **Carlos Roberto do Nascimento Cavalcante**)

INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA EM REDE: A EXPERIÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DIRECIONADA PARA TOMADA DE DECISÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR, **KÁTIA SANTIAGO VENTURA** (e co-autoria de **Carlos Roberto do Nascimento Cavalcante**)

RELAÇÕES ENTRE OS REPOSITÓRIOS DIGITAIS E OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS, **ALEXANDRE FERNAL** (e co-autoria de **Fernando Luiz Vechiato**)

A PESQUISA E O RESPEITO AO PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA (MAE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR), **ÂNGELA CAROLINA DE CASTRO SIMÕES** (e co-autoria de **Aline Fernanda Lopes**)

ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO INTERMEDIÁRIO E PERMANENTE DO ARQUIVO GERAL DA UFBA, **NANCI MOREIRA DOS SANTOS** (e co-autoria de **Patrícia Reis**)

O “DISCURSO DE/SOBRE” A LEI Nº 12.527 EM DUAS MATERIALIDADES: A LEI E O JORNAL, **FERNANDA KIELING PEDRAZZI**

---

NORMATIVAS PARA DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS, **FERNANDO ALVES DA GAMA (e co-autoria de Ivone Gomes de Brito)**

O MARKETING COMO FERRAMENTA DE DIFUSÃO DAS ATIVIDADES ARQUIVÍSTICAS, **FERNANDA MARCELE SANTANA LAGE LINHARES (e co-autoria de Nídia Maria Lienert Lubisco)**

APLICAÇÃO DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO, DA USABILIDADE E DA ACESSIBILIDADE EM WEB SITES DE ARQUIVOS, **FERNANDO LUIZ VECHIATO (e co-autoria de Vânia Jaqueline Domingues, Ana Maria da Silva Rebelo, Alexandre Fernal)**

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A DISCIPLINA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA OFERTADA NOS DIFERENTES CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL., **TIELE PADILHA SILVEIRA (e co-autoria de Valéria Raquel Bertotti.)**

O DIAGNÓSTICO DE ARQUIVO COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO DO FAZER ARQUIVÍSTICO: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE MONITORIA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS II NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UEPB, **KETLEN OLIVEIRA ESTEVAM (e co-autoria de Maria José Cordeiro de Lima)**

ARQUIVOLOGIA: NOVAS TECNOLOGIAS E ANTIGOS DESAFIOS, **EVA CRISTINA LEITE DA SILVA (e co-autoria de Graziela Martins de Medeiros, Luciane Paula Vital)**

"METODOLOGIA PARA ANÁLISE, AVALIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS" , **LEANDRO RIBEIRO NEGREIROS (e co-autoria de Welder Antônio Silva, Cíntia Aparecida Chagas Arreguy)**

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL E NO MUNDO NO SÉCULO XIX: A ORGANIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DA COLEÇÃO DE IMPRESSOS DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL, **EVERALDO PEREIRA FRADE (e co-autoria de José Benito Yárritu Abellás e Nínive Britez Biçakçi)**

PRESERVAÇÃO E ACESSO: RAZÕES E CAMINHOS DE UM PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS: O CASO DO ARQUIVO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA DO MAST, **JOSÉ BENITO YÁRRITU ABELLÁS (e co-autoria de Everaldo Pereira Frade)**

O ACESSO A INFORMAÇÃO: MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO NO ESTADO DA PARAÍBA, **ISMAEL BATISTA DOS SANTOS SILVA**

A PRODUÇÃO E A CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS NO SOFTWARE DE GESTÃO DOCUMENTAL NUXEO SOB A ÓTICA DA ARQUIVÍSTICA, **SERGIO RENATO LAMPERT (e co-autoria de Daniel Flores)**

OBJETOS VIRTUAIS INTERATIVOS NO ENSINO DE ARQUIVOLOGIA, **LUCIANA OLIVEIRA PENNA DOS SANTOS Luciana Souza de Britto, Rafael Augusto Penna dos Santos**

A SAÚDE NO BRASIL E OS ARQUIVOS MÉDICOS COMO INSTRUMENTO PARA EXERCÍCIO DA CIDADANIA, **RAONE SOMAVILLA**

DISCURSOS DE MEMÓRIA DO ASSOCIATIVISMO ARQUIVÍSTICO BRASILEIRO, **EVELYN GOYANNES DILL ORRICO (e co-autoria de Eliezer Pires da Silva)**

---

O USO DE TECNOLOGIAS PARA MAPEAMENTO DE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICA, **BRUNO OLIVEIRA DA COSTA (e co-autoria de Elias de Oliveira)**

ARQUIVO DIGITAL ESCOLAR(ARQDESC) ARQUITETURA DE UM SISTEMA INFORMATIZADO PARA O ARQUIVO DA ESCOLA JOSÉ LINS DO RÊGO, **IRANY RODRIGUES BARBOSA (e co-autoria de Josemar Henrique de Melo)**

SISTEMA INTEGRADO DE ACESSO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (SIA-APM): UMA EXPERIÊNCIA DE DIFUSÃO ON LINE, **RENATO PINTO VENANCIO**

A NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS NA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, **ANA LÚCIA DA SILVA DO CARMO**

ANÁLISE DO MÓDULO ARQUIVO DO SISTEMA PERGAMUM, **ANA PAULA ALVES SOARES**

PRESERVAÇÃO DIGITAL E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: O USO DA NORMA ISO/IEC 17799 – CÓDIGO DE PRÁTICA PARA GESTÃO DA SEGURANÇA DE INFORMAÇÕES NAS INSTITUIÇÕES DE SALVADOR DURANTE A REALIZAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS, **RAFAEL BOTELHO DORIA (e co-autoria de Sérgio Franklin Ribeiro da Silva)**

A APLICABILIDADE DO MARKETING NO ARQUIVO, **NELMA CAMÊLO DE ARAUJO (e co-autoria de Ana Paula Barbara)**

ARQUIVISTA: MANEJO DE ARQUIVOS E DE REGISTROS, **ELAYNE ORTOLAN ALTOÉ (e co-autoria de Taiguara Villela)**

O PAPEL DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS (FAPEAM) PARA A ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS ARQUIVOS DOCUMENTAIS NO AMAZONAS, **RODOLFO ALMEIDA DE AZEVEDO (e co-autoria de Francisca Deusa Sena da Costa)**

A ONTOLOGIA DO CUIDADOR: ARTICULAÇÕES ENTRE AS COMPETÊNCIAS DO PROFISSIONAL MÉDICO E DO PROFISSIONAL ARQUIVÍSTICO., **MICHELLE CHAVES DE ARAÚJO (e co-autoria de Esmeralda Porfírio de Sales)**

O ARQUIVO DE LINA BO BARDI: REVISITANDO UMA EXPERIÊNCIA, **JOSÉ FRANCISCO GUELFY CAMPOS**

LEGISLAÇÃO SOBRE DOCUMENTOS DE PROCESSOS JURÍDICOS PARA DIGITALIZAÇÃO., **MARCELO FERNANDES RODRIGUES (e co-autoria de Diana Vilas Boas Souto)**

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO SOB O OLHAR DOS ALUNOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFPB, **GENOVEVA BATISTA DO NASCIMENTO (e co-autoria de Ismael Batista dos Santos Silva, Katyuscia Sales de Assis)**

APLICABILIDADE DO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS: UM ESTUDO NA UFBA, **LUCINEIDE NASCIMENTO DE ALMEIDA DIAS (e co-autoria de Dulce Paradello)**

OS ARQUIVOS/REPOSITÓRIOS DIGITAIS COMO AMBIENTES DE LIVRE ACESSO À PRODUÇÃO DOCUMENTAL ACADÊMICA CIENTÍFICA, **GLEISE DA SILVA BRANDÃO (e co-autoria de Keyla Sousa Santos)**

ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO TÉCNICO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO PROJETO CINEMÓRIA – A HISTÓRIA DAS SALAS DE CINEMA DO ESPÍRITO SANTO (1907-2008), **ANDRÉ MALVERDES**

---

---

DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM AMBIENTE DE ARQUIVO, **LUIZ ANTONIO SANTANA DA SILVA (e co-autoria de Telma Campanha de Carvalho Madio)**

SUBPROJETO FOTOGRAFIA NA LATA : CRIATIVIDADE COM PINHOLE E MARMORIZAÇÃO, **JANAINA VEDOIN LOPES (e co-autoria de Carlos Blaya Perez, Bruno Stock, Carla Saldanha da Silva, Letícia da Silva Fausto, Tamy Silva)**

DE 1999 A 2012- O PANORAMA DA CONSTRUÇÃO DE WEBSITES EM INSTITUIÇÕES DE ARQUIVO DE ACESSO PÚBLICO NO BRASIL, **LEANDRA NASCIMENTO FONSECA (e co-autoria de Fernanda Maria da Costa)**

A ORGANIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS ARQUIVOS PESSOAIS DE ESCRITORES BRASILEIROS: RELATO DO ARQUIVO CLARICE LISPECTOR, **MARCOS ULISSES CAVALHEIRO (e co-autoria de Sonia Maria Troitiño Rodriguez)**

ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS E REDES DE COOPERAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES) DO BRASIL, **RENATO MOTTA RODRIGUES DA SILVA**

DESAFIOS DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA: DA ESCOLHA NO VESTIBULAR AO MERCADO DE TRABALHO, **FERNANDA MARIA OLIVEIRA DA COSTA**

O MAPEAMENTO CULTURAL E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ, **MARIA DO SOCORRO BAIA DOS SANTOS (e co-autoria de Terezinha Maria de Jesus da Conceição Lima)**

A GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUPORTE PARA A TOMADA DE DECISÃO POLÍTICA NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA: O COMBATE AO NARCOTRÁFICO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2006-2010), **BRUNO MACEDO NATHANSOHN**

ATORES ACADÊMICOS DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL, **ELIEZER PIRES DA SILVA (e co-autoria de Thais Tavares Martins e Natacha Silva Fonseca)**

O USO DAS TÉCNICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O REGISTRO DAS LIÇÕES APRENDIDAS NO GERENCIAMENTO DE PROJETOS, **MILENA DE JESUS MELO**

POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL: ESTUDO DE CASO EM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DE PORTO ALEGRE/RS, **VERA LÚCIA SANTOS DOS SANTOS**

FOTOGRAFIAS DE ROMEIROS COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO, **ARILUCI GOES ELLIOTT (e co-autoria de Telma Campanha de Carvalho Madio)**

A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOB A ÓTICA DOS USUÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO DO USO DA BASE DE DADOS ACCESSUS, **RENAN MARINHO DE CASTRO**

CORRELAÇÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS E OS ANSEIOS DA HISTORIOGRAFIA NA ORGANIZAÇÃO DOCUMENTAL, **AUGUSTO CÉSAR LUIZ BRITTO**

MIGRAÇÃO DE SUPORTE DE FITAS MAGNÉTICAS DE ÁUDIO CASSETE: UM ESTUDO PRELIMINAR DO TRIBUNAL REGIONAL DA 4ª REGIÃO – TRF4, **MAURO SÉRGIO DA ROSA AMARAL**

A UFSM NO PROJETO RONDON – CAMPUS AVANÇADO DE RORAIMA: DESCRIÇÃO E ACESSO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL, **CAMILA POERSCHKE RODRIGUES (e co-autoria de Daniel Flores)**

---

ARQUIVOS SETORIAIS: EXPANSÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS NA UFSM, **MAIARA DE ARRUDA NASCIMENTO** (e co-autoria de **Camila Poerschke Rodrigues, Cristina Strohschoen, Débora Flores, Dione Calil Gomes, Franciele Simon Carpes, Livia Rocha Retamoso, Neiva Pavezi, Rita Medianeira Ilha, Rosilaine Zoch Bello**)

ESPAÇOS INFORMACIONAIS VIRTUAIS: A DISPONIBILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NA WEB, **MAIARA DE ARRUDA NASCIMENTO**

DOCUMENTAÇÃO SERGIPANA E AS NOVAS TIC'S: IMPACTOS E PRÁTICAS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO ACERVO DE OBRAS RARAS DA BIBLIOTECA CENTRAL., **JOSEANE OLIVEIRA DA CRUZ** (e co-autoria de **Melânia Lima Santos, Ycaro Swuan Andrade Cor, Izabel Cristina da Silva Santos**)

ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO GERAL (DAG/UFSM), **CAMILA POERSCHKE RODRIGUES** (e co-autoria de **Dione Calil Gomes, Franciele Simon Carpes, Livia Regina Rocha Retamoso, Maiara de Arruda Nascimento**)

O ACESSO E O SIGILO DOS DOCUMENTOS SEGUNDO A LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA., **ISAAC NEWTON CESARINO DA NÓBREGA ALVES** (e co-autoria de **André Luiz Dias de França**)

QUANDO UM E-MAIL É UM DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO., **ISAAC NEWTON CESARINO DA NÓBREGA ALVES** (e co-autoria de **André Luiz Dias de França**)

O USO E “PÓS-USO” DA INFORMAÇÃO ORGÂNICA ARQUIVÍSTICA, **RODRIGO FORTES DE AVILA**

DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DE PROCESSOS JUDICIAIS, **TASSIARA JAQUELINE FANCK KICH**

POLÍTICAS DE GESTÃO DOCUMENTAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG: DO SONHO À REALIDADE, **TATIANE VEDOIN VIERO** (e co-autoria de **Andrea Gonçalves dos Santos, Karin Christine Schwarzbold**)

SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (SIGED/TJMG) EM FACE DOS REQUISITOS FUNCIONAIS DO E-ARQ BRASIL., **GISELI MILANI SANTIAGO BALBINO** (e co-autoria de **Leandro Ribeiro Negreiros**)

GESTÃO DE DOCUMENTOS NAS UNIDADES DE ARQUIVO E PROTOCOLO DA UNIRIO, **FABIANA DA COSTA FERRAZ PATUELI**

GERÊNCIA DE ARQUIVOS I : UMA RELAÇÃO TEÓRICA SOB A ÓTICA PRESENCIAL E VIRTUAL., **ROSANARA PACHECO URBANETTO** (e co-autoria de **Tatiana Costa Rosa**)

DIMENSÕES METACOGNITIVAS NO PROCESSO DE BUSCA DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA, **DULCE AMELIA DE BRITO NEVES** (e co-autoria de **Dirlene Santos Barros**)

ARQUIVO E ESCOLA: A CONTRIBUIÇÃO DA INTERNET NA DIFUSÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS, **PRISCILA RIBEIRO GOMES** (e co-autoria de **Magno Vinicius da Silva Monteiro, Alinne Pereira da Costa**)

LEITURA DOCUMENTÁRIA E ESTUDOS PALEOGRÁFICOS: O OLHAR ARQUIVÍSTICO SOBRE A DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA ANTIGA PARAIBANA DOS ARQUIVOS PÚBLICOS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA RELATIVA ÀS ELITES PROVINCIAIS (1824-1840) , **FRANCINETE FERNANDES DE SOUSA** (e co-autoria de **Roberto Jorge Chaves Araújo**)

## PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL: implicações teóricas

Laerte Pereira da Silva Júnior<sup>1</sup>

Thais Helen do Nascimento Santos<sup>2</sup>

**Resumo** - É sabido que a evolução das modernas tecnologias de informação impulsionada particularmente pela microinformática e aliada ao progressivo decréscimo nos custos de aquisição de *hardware* e *software*, possibilitou à sociedade da informação a digitalização de textos, imagens estáticas e dinâmicas, sons e objetos tridimensionais. No novo contexto comunicacional, as instituições culturais, administrativas e educacionais também foram aderindo à facilidade da digitalização dos seus documentos, de modo que passaram a produzir documentos exclusivamente digitais. Porém, a maioria dessas instituições não se preocupa com a preservação da documentação em ambientes digitais, os quais requerem a utilização de recursos especiais para essa atividade. Sendo assim, este trabalho realizou uma revisão da literatura acerca da preservação do patrimônio arquivístico digital, pretendendo reforçar a conscientização em torno da adoção de critérios específicos para a preservação de documentos em meio digital, que incluam tipos de arquivo sem estes se tornarem obsoletos pelos constantes *upgrades* dos *softwares* de gerenciamento de documentos eletrônicos. Tais padrões viabilizariam o uso dos documentos digitais a diversas gerações de usuários.

**Palavras-chave:** Patrimônio documental. Preservação do patrimônio arquivístico digital.

---

<sup>1</sup> Analista de sistemas e mestre em Ciência da Informação – UFPB ([laerte.psjunior@gmail.com](mailto:laerte.psjunior@gmail.com)).

<sup>2</sup> Arquivista e mestranda em Ciência da Informação – UFPB ([thaisnascimento.inf@gmail.com](mailto:thaisnascimento.inf@gmail.com)).

## **1 TECNOLOGIA VERSUS SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: aspectos introdutórios**

Sociedade da Informação é uma das várias denominações enunciadas por diferentes estudiosos de um novo tipo de sociedade marcada pelas transformações em sua organização e economia em escala global, com acentuada “[...] dimensão político-econômica decorrente da contribuição da infraestrutura de informações” (TAKAHASHI, 2000, p. 5) para o desenvolvimento econômico das nações. Possui também uma ‘marcante dimensão social’, pois possibilita a integração social ao reduzir distâncias geográficas e temporais, com o conseqüente aumento do nível de informação dos indivíduos. Nesta sociedade, as tecnologias da informação e comunicação constituíram-se em um novo paradigma tecnológico que se originou no inter-relacionamento de três fenômenos, conforme apontam Aquino (2007) e Takahashi (2000, p. 3):

- a) a convergência de base tecnológica altamente integrada ao sistema de informação, capaz de representar e processar qualquer tipo de informação de uma única forma, a digital;
- b) a dinâmica da indústria, responsável pelo aparente baixo custo dos computadores, com vistas à popularização;
- c) o crescimento da internet, como decorrência dos dois primeiros fenômenos.

O desenvolvimento da internet trouxe para a sociedade a possibilidade do acesso a informações nunca antes disponíveis para o senso comum. No contexto dos ciberespaços, as pessoas podem encontrar milhares de informações que outrora estavam restritas aos iniciados em um determinado campo de conhecimento ou aos profissionais da Informação. Além do acesso à informação em todos os campos de estudos científicos e tecnológicos, a internet propicia uma ampla oferta de serviços públicos e privados por meio de *websites* e repositórios digitais; contudo, o crescimento exponencial do patrimônio científico, informacional e cultural em formato digital levou a UNESCO a publicar o documento intitulado *Guidelines for the Preservation of Digital Heritage* (UNESCO, 2003). O documento se reporta à preocupação pelas informações disponibilizadas em *websites* ou até mesmo em repositórios digitais. Estas podem

deteriorar-se, devido à obsolescência de *hardware* e *software*, se não forem adotados critérios específicos para a preservação e acesso dessas informações.

No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos considerou as preocupações com a preservação do patrimônio digital por meio da *Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico* (CONARQ, 2004, p. 2-3), na qual pretende “[...] alertar os governos, as organizações públicas e privadas, as instituições de ensino e pesquisa e todos os setores da sociedade brasileira comprometidos com a inclusão informacional” para os problemas relacionados com a instabilidade da informação arquivística digital.

Em todos os estudos de preservação digital, destaca-se a importância do acesso. Destarte, para a viabilização do acesso, as informações devem estar organizadas segundo uma arquitetura de informação e estrutura de metadados que ajudem os usuários e até outros *softwares* a encontrá-las fácil e rapidamente, como é esperado em um ambiente informacional, cujo fluxo de dados se move e se modifica em grande velocidade. Além disso, atividades gerenciais, como organizar, classificar, disseminar, acessar e preservar a documentação também são necessárias no ambiente web.

Em vista desse problema, o presente estudo orientou-se, especialmente, nas reflexões em torno do modo com que os patrimônios arquivísticos acondicionados em repositórios digitais podem ser preservados, de modo que satisfaçam as necessidades sociais de evocação da memória digital através da rede mundial de computadores.

## **2 DOCUMENTOS DE ARQUIVOS CONSIDERADOS COMO BENS PATRIMONIAIS**

A informação conceitualmente vinculada a processos significativos considera o seu caráter representacional e simbólico, quando adquire a sua dimensão social (BELKIN; ROBERTSON, 1976; BELKIN, 1978). Essas características estão intrinsecamente relacionadas com a ideia de patrimônio material e imaterial, que são os elementos constitutivos do patrimônio cultural. A representação, inerente ao patrimônio cultural, recupera as informações relativas à memória de um determinado grupo social. Essas informações constituem-se em fontes de pesquisa e ensino, como foi problematizado por Araripe (2004, p. 121-2):

Qualquer política cultural sobre os bens patrimoniais não pode deixar de tomar as práticas sociais, suas representações e interpretações como força motriz para o assentamento de um patrimônio pautado numa memória que possibilite um sentimento de pertencimento no que se refere ao seu ambiente social. Um patrimônio cultural pensado e considerado nos usos sociais, nas apropriações que a sociedade faz de sua memória, da sua história. Precisamos desses patrimônios que são memórias e dessas memórias que são patrimônios para que possamos utilizá-los como fontes informacionais para a pesquisa e adotá-los como forma de fortalecer o processo de ensino como espaço de construção e exercício da cidadania.

A informação patrimonial, ante a sua finalidade social, cultural e histórica, pode e deve ser utilizada como fonte de ensino e pesquisa, para aprimoramento do caráter cidadão dos usuários. No imbricamento dessas ações, ocorre o reconhecimento de apreensão, acesso, uso e preservação do patrimônio documental, como exemplifica Azevedo Netto (2008, p. 4):

Para as ações de base educacional/informacional, sua efetiva implementação demanda três campos de ação distintos, de acordo com o público alvo a que se refere. As formas mais acadêmicas e formais dessas ações já são postas em prática como resultado dos variados projetos de pesquisa, mas ainda não alcançam o grande público. A segunda forma utilizada para a disseminação das informações patrimoniais implica no que vem sendo chamado por intermédio dos veículos de comunicação de massa. E a terceira forma de disseminação, que nos últimos anos vem sendo colocadas em prática, são aquelas que visam apresentar o patrimônio cultural a sua comunidade de entorno e conscientizá-la da importância de sua preservação.

Silva (2006) esclarece, tendo a cultura como cenário de análise, que o patrimônio documental também possui caráter interpretativo:

[...] o patrimônio é uma perspectivação de um passado feita no presente e, por isso, constitui-se como um exercício interpretativo. O patrimônio não tem, por isso, uma existência de *per se*, existindo apenas quando é constituído como tal, traduzindo-se essa constituição em diplomas legais que conferem qualidade e estatuto aos actos culturais de patrimonialização.

Dessa forma, a partir dos valores que são concebidos aos documentos de arquivo, estes são considerados como patrimônios culturais, em virtude da possibilidade de registrar informações sobre a cultura, história, tecnologia, economia, administração, dentre outros. Tais informações patrimoniais contribuem para a ampliação da memória de um grupo ou de uma conjuntura social (GAMA, 2010).

O patrimônio documental, dada a sua diversidade temática, vai ser definido pelas questões a que for submetido, ou seja, por seu caráter de constituição da imaterialidade da “informação-como-conhecimento” e ao mesmo tempo da materialidade da “informação-como-coisa” (BUCKLAND, 2010, p. 2). É uma informação que esclarece uma visão mais ampla do patrimônio na relação entre a sociedade e a cultura, desempenhando assim um papel social e de identidade cultural.

### **3 REVISÃO DO CONCEITO DE PRESERVAÇÃO**

Sob os aspectos socioculturais que desencadeiam os pilares de apreensão, acesso, uso e preservação (AZEVEDO NETTO, 2008), iniciamos a exploração de preservação. Nosso entendimento parte da ideia da preservação tida como uma ação que visa a “proteger de algum dano futuro” (HOUAISS, 1999). Assim, pensando em um objeto qualquer do patrimônio cultural, um dano futuro pode implicar tanto desgastes físicos, que levariam à inutilidade de um bem patrimonial, como a perda de informações, já que o próprio objeto pode ser considerado um documento informativo, na acepção de Buckland (1991). Essa possível perda, decorrente da deterioração do patrimônio documental, compromete a recuperação da memória social de um contexto histórico.

A noção de preservação do patrimônio documental no Brasil é originária da década de 1920, quando os primeiros projetos de lei com esse tema entram em trâmite; entretanto, Pinheiro (2006, p. 4) adverte que é preciso compreender “[...] o alcance e as limitações das iniciativas levadas a cabo desde então.” Na mencionada década surge um movimento de revalorização da arquitetura colonial e, ao mesmo tempo, uma evasão das obras de arte, que são vendidas a colecionadores estrangeiros. Nesse mesmo período, inclusive, era considerada normal a demolição de monumentos arquitetônicos com o aproveitamento das “peças de demolição”, como as de altares de igrejas, para serem transformadas em obras de arte em coleções privadas. Porém, em 1930, o projeto de lei do deputado Wanderley de Araújo Pinto constituiu-se em uma primeira peça jurídica “[...] a manifestar consciência de que o colecionismo de peças oriundas de edifícios

antigos – acessórias ou constitutivas – poderia estimular a dilapidação do patrimônio.” (PINHEIRO, 2006, p. 7).

Ainda na década de 1930, a noção de patrimônio é institucionalizada com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Sobre isso, Pinheiro (2006, p. 9) aponta dois inconvenientes: o primeiro diz respeito a “[...] centralização exacerbada das atividades preservacionistas nas mãos de um grupo muito restrito de técnicos”; o segundo refere-se à associação entre o patrimônio e os conteúdos ideológicos que interessavam ao Estado Novo na época, como por exemplo, o estímulo ao nacionalismo e a pretensão de forjar uma identidade cultural.

O SPHAN, entretanto, avançou na década de 1970 ao se inserir no processo de internacionalização da preservação. Os primeiros órgãos estaduais de preservação são criados nesta década. O patrimônio cultural passa a fazer parte de um contexto socioeconômico, sendo explorado por iniciativas turísticas. Todavia, em crítica a esse avanço, Pinheiro (2006, p. 13) constata um sentimento generalizado de “menosprezo pelo patrimônio nacional”, devido ao baixo nível cultural e ao de escolaridade do povo brasileiro. Por outro lado, a autora reconhece que ocorreu um alargamento do conceito de patrimônio, concluindo que ainda não se obtêm os melhores resultados “[...] para a preservação do nosso patrimônio cultural.” (PINHEIRO, 2006, p. 13).

As ponderações de Pinheiro (2006) acerca da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil estão focadas nos monumentos arquitetônicos. No interesse da presente pesquisa, se faz necessário, também, entender a noção de preservação do documento considerado monumento (LE GOFF, 2003). Nessa perspectiva, no final da década de 1980, foi discutido com o Congresso dos Estados Unidos um estudo sobre a fragilidade devastadora dos acervos bibliográficos, o que possibilitou a “[...] revisão de conceitos e posturas, no que diz respeito às metodologias de conservação e restauração.” (CASTRO, 2008, p. 141). Logo, o Brasil adotou os novos paradigmas preservacionistas, conforme se pode depreender da leitura do *Manual de Preservação de Documentos* (BECK, 1991, p. 9), uma publicação do Arquivo Nacional:

Sem perspectivas claras relativas a uma política de preservação, buscou-se muitas vezes como solução para estes problemas exclusivamente a restauração. Este processo, além de muito demorado, especializado e dispendioso, não oferece uma solução eficaz se for realizado isoladamente,

especialmente quando faltam às instituições as condições técnicas básicas de preservação de todo o material armazenado, inclusive dos já restaurados. A iniciativa mais acertada é, sem dúvida, aplicar de forma gradual um programa de conservação, iniciado por um diagnóstico do estado dos documentos, localizando as coleções mais frágeis e de consulta sistemática, identificando as causas dos danos e passando a controlá-las de maneira objetiva.

Dessa forma, Castro (2008, p. 142) afirma que há “[...] uma atualização na metodologia de trabalho, ou seja, o deslocamento das ações pautadas no item individual para os conjuntos bibliográficos, documentais e museológicos.” Em complemento a essa iniciativa do Arquivo Nacional, ainda no início da década de 1990, o Estado brasileiro, mais uma vez, intervém no cenário do patrimônio cultural e documental nacional para implantação de atividades de preservação, criando o Conselho Nacional de Arquivos (ZÚÑIGA, 2005).

O marco conceitual dos novos paradigmas preservacionistas, de abrangência internacional, é o documento *A Conservação Preventiva: uma profunda mudança de mentalidade*, elaborado pelo químico Gaël de Guichen (CASTRO, 2008). O Brasil assimilou esse conceito ao implantar o Projeto Cooperativo em Bibliotecas e Arquivos (CPBA). Como um programa de tradução, publicação e distribuição gratuita de literatura técnica sobre planejamento e administração de programas de conservação preventiva para mais de 3.000 instituições nacionais, o projeto CPBA tornou-se também um marco conceitual no campo da preservação patrimonial brasileira. Seu paradigma conceitual é tipicamente americano, “[...] em razão da prevalência de autores norte-americanos nas publicações traduzidas.” (CASTRO, 2008, p. 144). Dentre eles, destaca-se a participação de Conway (2001).

Castro (2008) reconhece que o paradigma de conservação preventiva inaugurou uma nova fase de preservação de bens culturais no Brasil, mas assinala que a literatura técnica contemporânea faz críticas incisivas à validade desse conceito. Para o autor, essas críticas reforçam o entendimento de que “[...] conservação e restauração não é só uma questão técnica, mas, sobretudo uma ação crítica, uma construção cultural forjada no seio da sociedade pelos múltiplos atores e instituições.” (CASTRO, 2008, p. 144).

A preservação é um tema de estudo de disciplinas precursoras da Ciência da Informação, como a Arquivologia e a Biblioteconomia. Ressalte-se que, nestes campos de conhecimento, a dimensão predominante na preservação está ligada à conservação, devido à manutenção de seus acervos. A Arquivologia, por sua vez, estuda os princípios

e as técnicas a serem aplicadas na preservação de arquivos e lhe dá a seguinte definição: Preservação é a prevenção da deterioração e danos em documentos, por meio de adequado controle ambiental e/ou tratamento físico e/ou químico. (CONARQ, 2005).

Conway (2001, p. 14) assegura que, ao longo das décadas de 1980 e 1990, os profissionais da Informação chegaram “[...] a um consenso sobre conceitos fundamentais de preservação para gerenciar recursos disponíveis para um programa de preservação.” Consequentemente, o conceito de preservação, atualmente, envolve inúmeras políticas e opções de ação. Preservação, segundo este autor, é a ação de adquirir, organizar e distribuir recursos, de modo que se evite uma deterioração futura ou proporcionar uma reutilização de um grupo de materiais selecionados. Ela está preocupada com os objetos em si e com a evidência implícita no conteúdo intelectual deles. As informações (textuais, imagéticas, sonoras) contidas nos documentos evidenciam o pensamento e a ação “[...] que se projetou para além da época e das intenções daqueles que as geraram ou publicaram.” (CONWAY, 2001, p. 14).

A eficácia dos investimentos em processos de preservação depende do gerenciamento que envolva “[...] um progressivo processo reiterativo de planejamento e implementação de atividades de prevenção e renovação de atividades.” (CONWAY, 2001, p. 14). As estratégias recentes de gerenciamento consideram que a preservação de um objeto deve ser aplicada, visando à sua disponibilização para o uso. Por outro lado, ocorrem dificuldades financeiras que dificultam o projeto e a implementação de estratégias efetivas de preservação. Porém, segundo Darling (1981), o maior problema para o êxito de um programa de preservação é a ‘carência’ de conhecimento.

Conway (2001, p. 15) considera que, dentro desta “[...] conjuntura crítica da evolução do pensamento relativo à preservação, há um amplo corpo de conhecimentos [...]”, nos quais se deve refletir e, assim, propõe nove conceitos baseados nas ideias de alguns dos mais destacados defensores da preservação nas décadas precedentes à de 2000. Para este autor, os conceitos compõem uma abrangente perspectiva de preservação. A estrutura de conceitos de preservação está dividida em dois grupos.\* O primeiro diz respeito ao contexto para a ação de preservação, composto por quatro conceitos: custódia, importância social, estrutura e cooperação. O segundo possui cinco conceitos que auxiliam no estabelecimento de prioridades para a preservação e são assim denominados: longevidade, escolha, qualidade, integridade e acesso. Entretanto,

foi após décadas, que os nove preceitos foram aceitos pelos estudos e profissionais da Informação conservadores do campo.

## 5 PRESERVAÇÃO SOB A ÓPTICA DO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL

O prefácio do livro *Introdução a Preservação Digital* delibera que o tema da preservação digital é novo, vasto e complexo (FERREIRA, 2006). É um tema novo, por não ter mais do que duas décadas de desenvolvimento. É vasto e complexo, porque é imenso o amálgama que compõe as questões e problemas de natureza conceitual e/ou teórica ou de natureza prática e tecnológica. Corroborando essa opinião, Chapman (2001) assegura que poderíamos encontrar tão variadas definições para preservação digital quantos forem os artigos de pesquisa, relatórios de projeto e *drafts* sobre este tema. Assim, este autor limitou-se a duas definições para o propósito de sua explanação sobre o que vem a ser preservação digital. A primeira é atribuída a *Online Computer Library Center* (OCLC) e a segunda, a *Association for Information and Image Management* (AIIM).

A OCLC enuncia que “[...] preservação digital se refere a séries de atividades gerenciáveis, necessárias para assegurar o acesso contínuo e a preservação dos objetos digitais.” (CHAPMAN, 2001, p. 1, tradução nossa). A AIIM define preservação digital como “a habilidade de manter documentos e arquivos digitais disponíveis por períodos de tempo que podem transcender os avanços tecnológicos sem sofrer alterações ou perda de legibilidade” (CHAPMAN, 2001, p. 1, tradução nossa).

Chapman (2001) observa que essas definições reforçam os objetivos de permanência e manutenção do acesso da preservação tradicional, por tempo indeterminado e sem considerar a obsolescência de *hardware* e *software*. Assim, tais definições incorrem em problemas potenciais se não for levado em consideração que a preservação digital é um conjunto de atividades gerenciáveis continuamente ao longo do tempo. Para planejar esse gerenciamento, o autor sugere a aplicação do *Reference Model for an Open Archival Information System* (CCSDS, 2002), conhecido como Modelo de Referência *OAIS*, que também é recomendado na carta para a preservação do patrimônio digital da UNESCO (2003, p. 42).

Autores, como Ferreira (2006) e Márdero Arellano (2008), prestigiam a definição de preservação digital dada pelo documento *Guidelines for the Preservation of Digital Heritage* (UNESCO, 2003) em seus respectivos trabalhos. Este documento afirma que a preservação digital consiste dos processos destinados a assegurar a continuidade do acesso aos objetos digitais. Para tanto – consta ainda no documento –, eles devem ser compreendidos e gerenciados em quatro níveis: como fenômeno físico, como codificações lógicas, como objetos conceituais que tenham significados para os humanos e como um conjunto de elementos essenciais que devem ser preservados, com o propósito de oferecer aos futuros usuários a essência do objeto.

Pôr em prática a preservação digital requer estratégias como as que foram descritas por Ferreira (2006): preservação de tecnologia, refrescamento, emulação, migração e encapsulamento. O autor, no entanto, ressalva não estar esgotando todos os aspectos da preservação, mas sua obra assegura critérios mínimos para uma iniciativa de preservação digital. Ele também alerta para o fato de que, “[...] apesar do número elevado de alternativas de preservação digital apresentadas, continuam a não existir provas conclusivas quanto à eficácia de cada uma delas. Para muitas, só o tempo o dirá.” (FERREIRA, 2006, p. 63). Considera, ainda, que é importância fundamental adotar um repositório digital para abrigar os objetos facilitando, dessa forma, a implementação de uma política de preservação e suas respectivas estratégias. Tal opinião é compartilhada por Márdero Arellano (2008, p. 43), o qual entende que “[...] a preservação digital compreende os mecanismos que permitem o armazenamento em repositórios de dados digitais que garantem a perenidade dos seus conteúdos.”

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução das modernas tecnologias de informação, impulsionada particularmente pela microinformática e aliada ao progressivo decréscimo nos custos de aquisição de *hardware* e *software*, possibilitou à Sociedade da Informação a digitalização de textos, imagens estáticas e dinâmicas, sons e objetos tridimensionais. Pouco a pouco, as instituições culturais, administrativas e educacionais também foram

aderindo à facilidade da digitalização dos seus documentos e passaram a produzir documentos exclusivamente digitais.

Em 2003, foi publicada a Carta para a Preservação do Patrimônio Digital – *Guidelines for the Preservation of Digital Heritage* (UNESCO, 2003). No prefácio deste documento, a UNESCO principia sua preocupação, especialmente com as instituições culturais que tradicionalmente coletam e preservam patrimônio documental/cultural. Os arquivos públicos ou privados são uma dessas instituições culturais que têm por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e preservação, assim como o acesso a documentos (CONARQ, 2005). Um documento arquivístico digital é um “[...] documento digital\*\* reconhecido e tratado como documento arquivístico.\*\*\*” (CONARQ, 2009, p. 165). No Brasil, esse tipo de documento tem merecido uma atenção especial do Conselho Nacional de Arquivos, por meio da *Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital* (CONARQ, 2004), cujo lema é preservar para garantir o acesso. Esta carta foi inspirada nas recomendações da UNESCO (2003). Pretende “[...] alertar os governos, as organizações públicas e privadas, as instituições de ensino e pesquisa e todos os setores da sociedade brasileira comprometidos com a inclusão informacional” (CONARQ, 2004, p. 2-3) para os problemas relacionados com a vicissitude da informação arquivística digital.

Esta preocupação expressa nos documentos da UNESCO e do CONARQ deve-se ao fato de estarem os documentos digitais vulneráveis à obsolescência de *hardware* e *software*. Nos documentos analógicos, ao se preservar o meio físico, a preservação do documento em papel e tinta está garantida. Mas, o ambiente digital requer esforços adicionais para preservar o suporte,\*\*\*\* pois fitas magnéticas, discos óticos, discos rígidos e demais mídias de armazenamento estão sujeitos a desgastes por efeito de climatização, uso e até variações de correntes elétricas, como ocorre com os discos rígidos portáteis, por exemplo. Além disso, o documento digital requer a preservação dos seus metadados,\*\*\*\*\* a fim de garantir o acesso contínuo ao seu conteúdo intelectual (CONARQ, 2009). Isto implica diretamente a adoção de critérios de preservação digital que incluam tipos de arquivo que não sejam tornados obsoletos pelos constantes *upgrades* dos *softwares* de gerenciamento de documentos eletrônicos. Neste sentido, a Arquivologia já engendra seus primeiros passos em busca de uma teorização para o campo da preservação da informação digital.

## NOTAS EXPLICATIVAS

\*Para melhor compreensão dos nove conceitos, consultar Conway (2001, p. 14-9).

\*\*O documento digital, conforme o Conarq (2009, p. 169), é informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional.

\*\*\*O documento arquivístico é aquele produzido (elaborado ou recebido), no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado dessa atividade e retido para ação ou referência (CONARQ, 2009, p. 169).

\*\*\*\*Segundo o Conarq (2009, p. 175), suporte pode ser compreendido como base física, sobre a qual a informação é registrada.

\*\*\*\*\*Entendemos como metadados os dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo (CONARQ, 2009, p. 173).

## REFERÊNCIAS

AQUINO, M. de A. A problemática dos indivíduos, suas lutas e conflitos no turbilhão da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 202-221, maio/ago., 2007.

ARARIPE, F. M. A. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, Campinas, vol. 16, n. 2, p. 111-122, maio/ago., 2004.

AZEVEDO NETTO, C. X. de. Informação e patrimônio arqueológico: formação de memórias e construção de identidades. In: IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Disponível em <<http://www.eca.usp.br/departam/cbd/enancib2008/index.asp>>. Acesso em: 06 ago. 2010.

BECK, I. **Manual de preservação de documentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991.

BELKIN, N. J. Progress in Documentation: information concepts for information science. **Journal of Documentation**, v. 34, n. 1, 1978.

\_\_\_\_\_; ROBERTSON, S. E. Information Science and the Phenomenon of Information. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 34, n. 4, 1976.

BUCKLAND, M. K. **Informação como coisa**. Disponível em: <<http://www.uff.br/ppgci/editais/bucklandcomocoisa.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 45, n. 5, 1991.

CASTRO, A. A. N. de. A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil. 2008. **Dissertação** (Programa de Pós-graduação em História – UFJF) – Juiz de Fora, 2008.

CHAPMAN, S. **What is digital preservation?** Disponível em: <<http://www.oclc.org/news/events/presentations/2001/preservation/chapman.htm>>. Acesso em: 11 ago. 2010.

CONARQ, Conselho Nacional de Arquivos. **Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital**. Brasília: Conselho Nacional de Arquivos, 2004.

\_\_\_\_\_. **Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos**. Brasília: Conselho Nacional de Arquivos, 2009.

\_\_\_\_\_. **Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes**. Brasília: Conselho Nacional de Arquivos, 2010.

CONWAY, P. **Preservação no universo digital**. Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos. 2 ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

DARLING, P. W. Creativity v. Despair: the challenge of preservation administration. **Library Trends**, n. 30, 1981.

FERREIRA, M. **Introdução à Preservação Digital: conceitos, estratégias e actuais consensos**. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.

GAMA, M. **Arquivos: da gestão da informação ao patrimônio cultural**. Disponível em: <<http://www.apbpe.org.br/v2/jornada5/palestras/patcult.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2010.

HOUAISS. **Enciclopédia e Dicionário Ilustrado**. Rio de Janeiro: Edições Delta, 1999.

LE GOFF, J. **História e memória**. 5 ed., Campinas: Editoria da Unicamp, 2003.

MÁRDERO ARELLANO, M. Á. Critérios para a preservação digital da informação científica. 2008. **Tese**. (Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – UnB) – Brasília, 2008.

PINHEIRO, M. L. B. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. **Risco**. São Carlos, n. 3, v. 2, p. 4-14, 2006.

SILVA, A. M. da. **A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil: livro verde**. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

---

UNESCO. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. National Library of Australia. *Guidelines for the Preservation of Digital Heritage*. Australia: UNESCO: *Information Society Division*, 2003.

ZÜÑIGA, S. S. G. de. Documentos como objeto de políticas públicas em preservação e o acesso à informação: o caso das bibliotecas e arquivos. 2005. **Tese**. (Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – IBICT/UFRJ) - Rio de Janeiro, 2005.